



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Comarca de Aparecida de Goiânia - Gabinete do 1º Juizado Especial Cível

Processo nº: 5045593-02.2023.8.09.0012

Parte Autora: Matheus Ataides De Oliveira

Parte Ré: Lagoa Thermas Clube Turismo Lazer E Ecologia

Natureza da Ação: PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Outros Procedimentos -> Atos e expedientes -> Petição Cível

SENTENÇA

MATHEUS ATAIDES DE OLIVEIRA, GIOVANA DE SOUSA FERNANDES OLIVEIRA, RODRIGO ALVES DE OLIVEIRA, CRISTINA PEREIRA ATAIDES OLIVEIRA e ISABELA ATAIDES DE OLIVEIRA, ajuizaram ação de conhecimento em face de **LAGOA THERMAS CLUBE, TURISMO, LAZER E ECOLOGIA e HOTEIS.COM – EXPEDIA DO BRASIL AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA**, todos qualificados.

Relatório dispensado nos termos do Art. 38, da Lei 9.099/95.

Alegam os autores que realizaram uma reserva de hospedagem através do site da parte 2ª ré, todavia, quando chegaram ao estabelecimento contratado, ora 1 Ré, e tentaram realizar o *check-in*, foram surpreendidos com a informação de que não havia nenhuma vaga, sendo remanejados a outro estabelecimento, de categoria inferior ao contratado. Pugnam, pela reparação pelos danos materiais e morais ora sofridos.

A requeridas, em suas defesas, arguíram preliminarmente ilegitimidades passivas. No mérito, rebatem os argumentos da parte autora, bem como a inexistência de danos materiais e morais.

PRELIMINARES PROCESSUAIS

Em relação à **legitimidade *ad causam* das partes**, cumpre ressaltar que a legitimidade como condição da ação está ligada a causa de pedir e o pedido, onde a narrativa na exordial revela a existência de relação jurídica tutelada pelo Estado entre a parte autora e a parte ré, bastando esse liame para que se exija a prestação jurisdicional com a tutela judicial positiva ou negativa, sem olvidar ainda das situações onde se aplica a teoria da asserção, um estímulo ao julgamento de mérito, conforme se vê no texto do artigo 488 do CPC/2015. **É inequívoca a jurisprudência afastando a legitimidade da OPERADORA DE PASSAGENS quando atua apenas como uma**

Valor: R\$ 50.052,20
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Outros Procedimentos -> Atos e expedientes -> Petição Cível
APARECIDA DE GOIÂNIA - 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Usuário: JOHNNY KARLOS ALMEIDA DE MORAES - Data: 05/02/2024 08:59:55



intermediária na venda isolada da passagem (TJGO, PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Recursos -> Recurso Inominado Cível 5585166-74.2020.8.09.0115, Rel. Fernando Ribeiro Montefusco, 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, julgado em 05/04/2022, DJe de 05/04/2022; 5033061-13.2021.8.09.0029, 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, FERNANDO RIBEIRO MONTEFUSCO, Acórdão Publicado em 23/09/2021; e 5399554-61.2020.8.09.0051, 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, HAMILTON GOMES CARNEIRO, Acórdão Publicado em 27/04/2021), todavia, verifica-se nos autos que não se trata de venda isolada de passagem, mas sim de reserva de hospedagem, sendo ambas Rés, legítimas para responderem aos pedidos formulados na inicial. Rejeitada a preliminar.

Destarte, as condições da ação e os pressupostos processuais de desenvolvimento válido e regular do feito estão presentes de forma escoreta, não existindo nenhum motivo que impeça a decisão de mérito, comportando ainda o julgamento antecipado da lide.

DEFESA INDIRETA DE MÉRITO

Não foram invocadas e não vislumbro a aplicação de ofício acerca das matérias consubstanciadas em defesa indireta de mérito, *in casu*, a decadência ou a prescrição.

MÉRITO. FUNDAMENTAÇÃO.

No mérito é importante ressaltar que a relação havida entre as partes é nitidamente de consumo, encontrando, portanto, amparo no Código de Defesa do Consumidor, em especial, a inversão do ônus da prova, prevista no artigo 6º, inciso VIII. Incontestável, portanto, que o ônus da prova cabe à parte ré.

Imperioso, ainda, ressaltar que a opção da parte por litigar nesta seara, uma faculdade (Enunciado nº 1, do FONAJE), torna robustamente aplicável a legislação específica, ou seja, a Lei nº 9099/95, especialmente no que pertine aos artigos 5º e 6º, da Lei especial em comento.

Nesse contexto, portanto, há a inversão da prova *ope legis* em favor da pessoa consumidora, todavia, sem descurar da necessidade da parte autora, também, se desincumbir do mínimo probatório, especialmente afastando o cenário que imprima a prova da parte ré o matiz de “diabólica”.

Pois bem.

Restou incontroverso nos autos que a parte autora contratou serviço de hospedagem através da plataforma da 2ª ré, contudo, teve o seu *check-in* negado, por overbooking.

Nesse diapasão, ressalta-se que diante da existência de relação consumerista é aplicável ao caso o art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, o qual preceitua que: **"O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre a sua fruição e riscos".**

Assim, não obstante a parte ré alegue ausência de culpa pelo ocorrido, sendo que estas jogam a culpa uma na outra, caberia pela natureza jurídica de seu negócio,



garantir o efetivo cumprimento do contrato entabulado com o consumidor através de sua plataforma de negócios, sendo responsável nas espécies *in eligendo* e *in vigilando* pelos negócios que firma em nome da empresa.

Portanto, considerando que a negativa de hospedagem se deu em razão de exclusivo não cumprimento do contratado pela requeridas, imperioso que deve a parte autora ser reparada pelos danos sofridos.

Induvidoso que o presente caso não se trata de um mero sentimento superficial de desconforto mas, sim, de uma prestação deficitária de serviço, causadora de mal-estar e de sentimento profundo de ser desrespeitado, gerando dano moral indenizável.

No que pertine ao pedido compensatório, reputa-se configurado o dano moral, porquanto manifesta a lesão injusta a componentes do complexo de valores protegidos pelo Direito, à qual a reparação civil é garantida por mandamento constitucional, que objetiva recompor a vítima da violação de seus direitos de personalidade (art. 5º, V e X, da CF e art. 6º, VI, do CDC).

O valor da indenização em epígrafe deve ser fixado pelo juiz com moderação e de maneira proporcional ao grau de culpa, orientando-se pelos parâmetros sugeridos pela doutrina e jurisprudência. Necessário se faz que seja aferido com razoabilidade, valendo-se o magistrado de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e as peculiaridades de cada processo.

É cediço que não existem critérios absolutos para a fixação da indenização por dano moral, devendo esta ser alcançada de maneira comedida, de modo que não represente enriquecimento sem causa por parte do ofendido, ao passo que não pode ser ínfima a ponto de não representar uma repreensão ao causador do dano, ou seja, ter caráter pedagógico.

Destarte, vários fatores devem ser levados em consideração, como a capacidade econômica das partes e a repercussão do ato ilícito em análise. Assim, ante tais observações, reputo como razoável no presente caso a fixação de indenização por dano moral em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Com relação aos danos materiais, entendo que razão não assiste à parte autora, porquanto a nova reserva, em hotel diverso do oferecido, foi realizada por vontade destas, vez que a 1ª Ré disponibilizou outro estabelecimento que foi aceito pelos autores. Além disso, entendo que ressarcir os valores gastos com novas estadias se traduziria em uma hospedagem graciosa, ou seja, sem qualquer pagamento e em enriquecimento ilícito para a parte autora. Ademais, não houve prova material da diferença em valores econômicos em face do padrão inferior da nova hospedagem, não cabendo ao juízo presumir o quantum.

Ante o exposto e pelo seu silogismo, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos contidos na inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, para **CONDENAR** as requeridas solidariamente ao pagamento da quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a cada um dos autores, a título de dano moral, acrescida de correção monetária pelo INPC a partir desta sentença (Súmula 362 do STJ) e com juros moratórios de 1% ao mês, desde o evento danoso (data da negativa de acomodação). **JULGO IMPROCEDENTES os demais pedidos.**



Havendo recurso com pedido de assistência judiciária, deverá o recorrente juntar documentos (comprovantes de renda, extratos bancários dos últimos 3 meses, declaração de imposto de renda dos últimos 02 anos ou outros que achar pertinente), com as razões de recurso, sob pena de preclusão e deserção.

Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos da Lei 9.099/95.

P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e arquivem-se.

Aparecida de Goiânia, datado e assinado digitalmente.

Galdino Alves De Freitas Neto

Juiz de Direito

(1) Código de Normas e Procedimentos do Foro Judicial da CGJ/GO - Art. 136. Fica autorizada a adoção do DESPACHO-MANDADO pelos magistrados, o qual consiste na prolação de ato decisório cujo teor sirva automaticamente de instrumento de citação, intimação, ofício ou alvará judicial (...)

É um dever de todos, sem exceção, proteger crianças e adolescentes contra a violência infantil - Disque 100.

Valor: R\$ 50.052,20
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Outros Procedimentos -> Atos e expedientes -> Petição Cível
APARECIDA DE GOIÂNIA - 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Usuário: JOHNNY KARLOS ALMEIDA DE MORAES - Data: 05/02/2024 08:59:55

